

SUMMIT | AGRO | ESTADÃO



APRESENTAÇÃO:



ADOBESTOCK

Sustentabilidade e conectividade impulsionam o agronegócio no Brasil

Em novembro, em São Paulo, o Estadão Summit Agro reuniu empresários, autoridades e pesquisadores para discutir como otimizar recursos e integrar tecnologia na busca por melhores resultados, tanto no presente quanto no futuro do setor.

**Quando o investimento
do BNDES no agro cresce,
mais alimento
na mesa aparece.**



O BNDES apoia o agronegócio com operações de crédito de longo prazo, inclusive com linha indexada ao dólar com taxa de juro fixa. São recursos recordes para o Plano Safra 2024-25 e para a agricultura familiar, além do BNDES Crédito Rural, disponível o ano inteiro. Isso é bom pra todo mundo. Saiba mais em futuroacontece.bnades.gov.br.



Painel 'O Green Deal bate à porta' foi mediado pela jornalista Isadora Duarte do Broadcast Agro; na foto André Nassar, presidente da Abiove, e Sueme Mori, diretora de Relações Internacionais da CNA

ESTADÃO

FLÁVIO FLORIDO/ESTADÃO



SUSTENTABILIDADE

Em rota de ajustes com a Europa

Adiada para 2025, Lei Antidesmatamento da UE desafia setor a rastrear cadeias produtivas e se alinhar ao Green Deal

GABRIEL AZEVEDO

ALei Antidesmatamento da União Europeia (EUDR), adiada para dezembro de 2025, apresenta desafios ao agronegócio brasileiro para adequação. No painel O Green Deal Bate à Porta, do Estadão Summit Agro, o diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, criticou as imposições como punitivas e sem o apoio financeiro prometido.

SUSTENTABILIDADE

A legislação faz parte do Green Deal, pacto europeu aprovado em 2019 que visa zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050, proibindo a compra de produtos de áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2020.

Os impactos econômicos serão expressivos. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a legislação pode afetar US\$ 14,5 bilhões em exportações anuais de sete cadeias produtivas: soja, café, carne bovina e couro, óleo de palma, cacau, madeira e borracha. “Precisamos ter dois olhares em relação à lei. A preocupação inicial deve ser o cumprimento do conteúdo dela. E depois os custos com a comprovação do cumprimento”, afirmou a diretora de Relações Internacionais da CNA, Sueme Mori.

OBSTÁCULOS A rastreabilidade dos produtos é um grande desafio



Precisamos ter dois olhares em relação à lei. A preocupação inicial deve ser o cumprimento do conteúdo dela. E depois os custos com a comprovação do cumprimento”

Sueme Mori
diretora de Relações Internacionais da CNA

para o Brasil. “O maior entrave é cruzar os dados dos imóveis rurais, presentes no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com as informações dos ani-

mais, como as do Sisbov, que não é obrigatório. Além disso, o Guia de Trânsito Animal (GTA) apenas registra o transporte, não toda a vida do animal”, explicou Leonardo Munhoz, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele acrescentou que é preciso integrar dados já existentes, como os do Código Florestal, CAR, Sisbov e GTA, além de investir em infraestrutura logística e física para reduzir custos e atender às exigências de rastreabilidade.

O presidente da Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, afirmou que as indústrias de derivados de soja estão preparadas para cumprir a lei, mas ainda enfrentam incertezas sobre as documentações exigidas. “Esse adiamento é para resolvemos as dúvidas sobre o que devemos apresentar aos europeus e o que eles esperam de nós.”

Brasil busca ampliar mercados e diversificar exportações

O agronegócio, responsável por quase metade das exportações do Brasil, enfrenta desafios para diversificar seus mercados e reduzir a forte dependência de parceiros como a China. Com exportações recordes em 2024, totalizando US\$ 140,02 bilhões até outubro, o Brasil se consolidou como um dos principais players globais de alimentos e commodities agrícolas. Contudo, a concentração em mercados específicos, questões regulatórias e a necessidade de expansão para novos destinos colocam o País em uma posição estratégica delicada.

A China, maior compradora dos produtos agrícolas brasileiros, responde por cerca de 35% das exportações do setor, lideradas por soja e carnes. “A dependência é ruim. Diminuímos a dos Estados Unidos e da União Europeia, mas aumentamos a da China”, afirmou Caio Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Em 2023, as exportações para a China somaram US\$ 63 bilhões, reforçando a necessidade de diversificação e novas parcerias comerciais.

O acordo Mercosul-União Europeia, em discussão há mais de 20 anos, permanece central. Marcos Jank, coordenador do Insper Agro Global, observa que as cotas restritivas para carne bovina, açúcar e frango

impõem desafios ao agronegócio brasileiro. “Embora a Europa não seja um mercado dinâmico, o acordo é relevante para a integração global do Brasil.” Carvalho ressalta que, apesar de limitado para o setor, o pacto é essencial para posicionar o Brasil como um player estratégico no mercado global.

ESTRATÉGICOS. O Sudeste Asiático e o Oriente Médio despontam como mercados promissores para o Brasil. Jank destaca que países como Malásia, Singapura, Tailândia e Indonésia oferecem grandes oportunidades. “Os países do Sudeste Asiático têm mais de 600 milhões de habitantes, podemos

ampliar nossa presença por lá.” E o Oriente Médio, além de comprador, tem se mostrado um investidor estratégico, com fundos soberanos dos Emirados Árabes e da Arábia Saudita interessados em segurança alimentar, segundo Carvalho.

Para o longo prazo, mercados como Índia e países da África apresentam potencial significativo, embora hoje representem parcela pequena das exportações. “A Índia, mesmo sendo mais populosa que a China, é muito protecionista. E a África ainda é muito complicada. São mercados que precisamos olhar, mas com horizontes mais longos”, avalia Jank.

No entanto, segundo o presidente da Abag, a abertura de novos mercados exige esforços conjuntos entre governo e iniciativa privada. Em 2024, o Brasil alcançou sua 198ª abertura de mercado, totalizando 276 novos acessos comerciais em 61 destinos desde o início de 2023. Entre os produtos que ganharam novos mercados, estão carnes, algodão e frutas.

“A integração público-privada é fundamental. Não com críticas ou posturas ideológicas, mas com o interesse maior do País”, reforça Carvalho, destacando o papel de entidades como a Apex e associações setoriais no fortalecimento da imagem do Brasil no exterior.



A integração público-privada é fundamental. Não com críticas ou posturas ideológicas, mas com o interesse maior do País”

Caio Carvalho
presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

ENTREVISTA: JURGEN TACK

‘Não está claro se adiamento da lei antidesmatamento será suficiente para sua implementação’

LEANDRO SILVEIRA

A relação comercial da União Europeia com o agronegócio brasileiro e outros grandes exportadores vive momentos decisivos, mas avança em ritmos diferentes. De um lado, a entrada em vigor da Lei Antidesmatamento do bloco europeu (EUDR, na sigla em inglês) foi adiada por um ano, abrindo margem para ajustes e negociações. Por outro, o tratado de livre-comércio com o Mercosul está próximo de ser concretizado após uma longa trajetória de negociações.

Esses dois cenários foram tema de uma entrevista exclusiva ao **Estadão** com o secretário-geral da Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO), Jurgen Tack, que foi *keynote speaker* no Estadão Summit Agro. Ele afirma que, mesmo com o adiamento da EUDR, o prazo pode ser insuficiente para a adaptação às novas exigências. Já sobre o acordo entre União Europeia e Mercosul, Tack demonstra “otimismo cauteloso”, destacando desafios legais, ambientais e econômicos que ainda precisam ser superados.

Qual é a sua opinião sobre o adiamento da entrada em vigor da EUDR?

Esse tempo adicional deve ajudar exportadores de todo o mundo a implementar as regras de forma tranquila desde o início, sem comprometer os



Jurgen Tack, *keynote speaker* do Summit Agro

objetivos da lei. No entanto, ainda não está claro se um ano será suficiente para esclarecer como a legislação deve ser implementada na União Europeia e em outras regiões.

Como você avalia o impacto do adiamento da lei e as críticas do Brasil em relação à criação de uma nova categoria de risco de desmatamento?

O Parlamento Europeu introduziu uma nova categoria para países que não apresentam “risco algum” de desmatamento, além das classificações já existentes de “baixo”, “padrão” e “alto” risco. Países considerados “sem risco”, ou seja, aqueles com áreas flo-

restais estáveis ou em expansão, terão requisitos significativamente menos rigorosos devido ao risco quase inexistente de desmatamento. A Comissão Europeia deverá concluir o sistema de classificação de países até 30 de junho de 2025. Contudo, já está evidente que essa nova categoria beneficiará, sobretudo, os estados-membros da União Europeia, onde o desmatamento já é amplamente regulamentado.

Qual é sua visão geral sobre o Acordo UE-Mercosul?

O acordo é um marco com grande potencial econômico e geopolítico, mas sua implementação bem-sucedida depende de um equilíbrio delicado entre interesses concorrentes, como proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Economicamente, ele oferece benefícios mútuos em comércio, investimento e acesso a mercados, podendo impulsionar as economias de ambas as regiões. Porém, há preocupações significativas sobre questões ambientais e a viabilidade dos compromissos de sustentabilidade. Se o acordo for ratificado com salvaguardas robustas para proteger o meio ambiente e promover os direitos humanos, pode se tornar um modelo para futuros tratados que busquem equilibrar benefícios econômicos com responsabilidade social e ambiental.



André Lima, Eduardo Bastos, Giampaolo Queiroz Pellegrino e Paulo Hora debateram as mudanças climáticas e o agronegócio. A mediação foi de Letícia Luvison, editora-chefe do AgroEstadão

SUSTENTABILIDADE

Criação de agenda climática é urgente para o agronegócio

Eventos adversos e extremos causaram prejuízos de R\$ 287 bilhões em 10 anos à agropecuária brasileira

IGOR SAVENHAGO

OBrasil precisa criar uma agenda de ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas no agronegócio, afirmaram especialistas no painel Mudanças Climáticas e o Agronegócio no Estadão Summit Agro.

SUSTENTABILIDADE

Paulo Hora, superintendente de Negócios e Soluções Rurais da Brasilseg, destacou que, entre 2013 e 2022, perdas climáticas somaram R\$ 287 bilhões no setor agrícola, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Em 2022, ano de seca intensa, os prejuízos chegaram a R\$ 70 bilhões, com indenizações de R\$ 8,8 bilhões pelas seguradoras, conforme a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Nesse mesmo período de 10 anos, as ferramentas de transferência de risco que temos no Brasil (Seguro Rural e Proagro) indenizaram mais de R\$ 50 bilhões: aproximadamente R\$ 26 bilhões gastos com seguro e R\$ 29 bilhões com o Proagro.

O relatório mencionado não abrange os prejuízos das secas severas dos últimos dois anos, pontua André Lima, secretário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o que mostra que a situação é ainda mais grave. Em 2024, as queimadas afeta-

25 milhões

de hectares foram afetados por queimadas em 2024 no Brasil

ram 25 milhões de hectares, incluindo 4 milhões na Amazônia, comprometendo 20% do Pantanal.

Lima enfatizou que o setor agropecuário é determinante para combater o desmatamento ilegal no País desde que haja o apoio do governo federal, já que a maior parte desse desmatamento não é proveniente do agronegócio.

O secretário lembrou, ainda, que as pressões sobre o Brasil aumentam com a proximidade da COP-30, em 2025, em Belém (PA), e que o País deve estar preparado. “Temos um contexto climático desafiador para o poder público e o setor privado. É inevitável que a conser-

vação dos biomas esteja associada ao agro”, afirmou.

RISCO HÍDRICO. Giampaolo Queiroz Pellegrino, pesquisador em Mudanças Climáticas na Embrapa, alertou que as mudanças climáticas aumentam os riscos para a agricultura, especialmente a falta de água. “As perdas estão ligadas ao déficit hídrico, e é fundamental entender onde ocorrem e mitigá-las. Com o aumento das temperaturas, a disponibilidade de água pode diminuir ainda mais, tornando essenciais as práticas de agricultura regenerativa.”

A Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) também expressa preocupação. Eduardo Bastos, presidente do Comitê de Sustentabilidade, destacou que um diferencial do Brasil no mercado mundial é a capacidade de múltiplas safras em uma mesma área, algo ameaçado pelas condições climáticas extremas. “Por isso, é vital que o País tenha uma agenda de adaptação e mitigação.”

A necessidade de maior adesão e escala para tecnologias

TÂNIA RABELLO

Tecnologias para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e preparar o campo para eventos extremos são conhecidas na agricultura brasileira, mas ainda precisam ganhar escala, especialmente entre pequenos e médios produtores. Para Eduardo Assad, diretor da Fauna Projetos e FGV Agro, a limitação na adoção não é devido à falta de consciência dos produtores sobre as mudanças climáticas, que tem melhorado, mas o avanço ainda é lento.

Para a coordenadora do Observatório de Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Talita Priscila Pinto, “as boas tecnologias existem, mas são pouco difundidas”. Talita concorda com Assad que cita, por exemplo, que uma medida eficiente para minimizar o efeito da seca, como a integração

lavoura-pecuária-floresta (ILPF) ou a integração lavoura-pecuária (ILP), deveria ganhar mais espaço. Ele diz que, atualmente, dos 80 milhões de hectares ocupados pela agricultura, 17 milhões de hectares são manejados com ILP ou a Integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), conforme dados da Rede ILPF. “É pouco ainda, tendo em vista o tempo que essa tecnologia existe e todas as políticas públicas desenvolvidas até hoje para disseminá-la”, ela avalia. A ILP permite que, na mesma área, sejam colhidas no mínimo três “safras”: duas de grãos e uma de boi. Já na ILPF há também a silvicultura, com a safra de madeira, garantindo o efeito “poupa-terra”.

Talita Pinto destaca que pequenos e médios agricultores, apesar de maior consciência ambiental, carecem de assistência técnica para práticas susten-

táveis, e enfrentam burocracia para acessar programas de agricultura de baixo carbono. A tecnologia existente ainda não basta para lidar com eventos climáticos extremos.

Muni Lourenço, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), afirma que o setor rural está atento à crise climática e já tem soluções para adaptação, mas defende a ampliação do financiamento climático para avançar nas ações de mitigação, com foco na transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. Ele classifica a situação como uma emergência climática e financeira.

Sob esse aspecto, Assad também expressa preocupação com o possível fortalecimento do negacionismo climático após a eleição de Donald Trump nos EUA.

ENTREVISTA

‘Pode haver protecionismo nos EUA, mas Brasil tem de negociar’

TÂNIA RABELLO

Em entrevista ao Estadão Summit Agro, o ex-ministro da Agricultura e Pecuária e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Roberto Rodrigues, avaliou sob o governo recém-eleito de Donald Trump, nos Estados Unidos, que pode haver maior protecionismo em relação aos produtos agropecuários do Brasil. “Mas o Brasil tem de negociar. Nossa diplomacia tem de negociar com parcimônia e competência e estar aberta para todo mundo e para o mundo todo.”

Para isso, é necessário montar uma estratégia de negociação. Sob esse aspecto, Rodrigues citou a fala do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, sobre a abertura de 274 mercados para os produtos agropecuários brasileiros somente neste ano. “Já há muita coisa, e o governo tem de ir atrás”, recomendou. Rodrigues advertiu, porém, que é necessário deixar de lado questões ideológicas nas negociações.

SUSTENTABILIDADE. Rodrigues acredita que a agricultura brasileira pode crescer desmatando o mínimo possível. “Se hoje temos de 70 milhões a 80 milhões de hectares já produzindo alimentos, temos também 120 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem virar agricultura.”

Ele ressalta que é importante diferenciar o que é desmatamento legal do ilegal. “Em relação ao desmatamento, ninguém pode ter o direito de dizer para



Roberto Rodrigues é ex-ministro da Agricultura e Pecuária e professor emérito da FGV

o Brasil o que é errado. Se é legal, vamos fazer o melhor, tentando desmatar o menos possível”, disse. “E o desmatamento ilegal é inaceitável.”

AMAZÔNIA. Rodrigues reforçou, ainda, a necessidade de resolver a questão fundiária na Amazônia, e também o crédito e a assistência técnica para os pequenos produtores. “Defendo fazer um Poupatempo Rural na Amazônia”, disse. “Dar titulação da terra, garantir um projeto técnico e crédito rural”, exemplificou. “O agricultor entra sem nada e sai com crédito e propriedade. A questão fundiária tem de ser resolvida na Amazônia.”

VALOR AGREGADO. Sobre a agregação de valor aos produtos agropecuários

brasileiros, Rodrigues mencionou que, apesar de a tecnologia ser essencial, deve-se ter a virada de chave na direção da sustentabilidade. “Precisamos também ter acordos comerciais, políticas públicas e política de renda garantida ao produtor rural por meio do seguro rural.”

CLIMA. Já em relação à segurança climática, Rodrigues garantiu que o Brasil já produz pensando nisso há anos. “Vou dar um exemplo: desde o governo Collor, nos anos 1990, até hoje, a área plantada com grãos dobrou, mas a produção cresceu quatro vezes mais.”

Diante disso, ele calcula que cerca de 123 milhões de hectares deixaram de ser desmatados nesse período, em função do aumento de produtividade.



SUSTENTABILIDADE

Como o ESG está crescendo no agro

Brasil avança com práticas regenerativas, biogás e novas tecnologias, mas há espaço para ganhar escala e ter melhorias na comunicação de resultados

FERNANDA FARIAS

Já na fala de abertura do Summit Agro, o CEO do *Estadão*, Erick Bretas, adiantou que sustentabilidade e conectividade dariam o tom ao evento. Bretas lembrou que a emissão de créditos de carbono, a ampliação da agricultura regenerativa, o uso racional dos recursos naturais e dos insumos e tantas outras iniciativas colocam o Brasil em posição privilegiada e de superioridade competitiva em relação aos grandes produtores mundiais. E complementou: “Isso sem falar na capacidade única do País em produzir energia renovável na forma de biodiesel e etanol e do imenso parque hidrelétrico já instalado”. E não foi diferente.

Em um case apresentado durante o painel ESG no Campo, a audiência conheceu a Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol) que, a partir de 2022, passou a transformar dejetos de suínos e resíduos

industriais em biogás, gerando 1 megawatt de energia por hora, suficiente para operar suas quatro unidades de criação de suínos com cerca de 20 mil matrizes. Segundo Celso Brasil, gerente ambiental, o sistema

anterior de compostagem, embora correto, gerava emissões de gases de efeito estufa. Com a mudança, a cooperativa evitou que 44 mil toneladas de carbono fossem lançadas na atmosfera.

SUSTENTABILIDADE

A Copacol investiu R\$ 16 milhões, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para transformar resíduos em biogás, após extensas pesquisas para identificar o potencial energético de cada resíduo, conforme explicou Celso Brasil. O retorno previsto, inicialmente em 4 anos, deve ocorrer em 5 a 6 anos. “O custo operacional ficou um pouco acima do projetado, mas ainda viável. O próximo passo é olhar para o biometano”, afirmou o gerente ambiental que lembrou, ainda, que os estudos para esse tipo de biogás estão em andamento e demandam alto investimento em pesquisa.

POTENCIAL. Iniciativas como a da Copacol ainda são raras, avalia Mauro Mattoso, chefe do Departamento do Complexo Alimentar e Biocombustíveis do BNDES. Ele destaca que a produção de biogás para energia tem origem principalmente em aterros sanitários, começando a ser utilizada em usinas de cana-de-açúcar devido à vinhaça e, mais recentemente, por frigoríficos.

“O Brasil tem um potencial gigantesco de produção. Já temos a tecnologia, empresas que fazem, empresas que produzem os equipamentos necessários. O que precisa é estimular”, ressalta Mattoso, reforçando que o BNDES oferece a linha Fundo Clima para projetos de transição climática, como biogás e biometano.

ESG E INOVAÇÃO. Além de uma oportunidade financeira, seja em redução de custos ou em facilidade na tomada de crédito rural, a implementação de boas práticas de sustentabi-



O Brasil tem um potencial gigantesco de produção. Já temos a tecnologia, as empresas que produzem e os equipamentos necessários. O que precisa é estimular”

Mauro Mattoso,
chefe do Departamento do Complexo Alimentar e Biocombustíveis do BNDES

lidade no campo garante à produção agropecuária a entrada em mercados internacionais e uma boa imagem para o consumidor, cada vez mais exigente e consciente da escassez de recursos naturais e das mudanças climáticas.

A boa notícia é que os agricultores brasileiros estão abertos à inovação e lideram a implementação de boas práticas no mundo. “Pesquisas recentes mostraram, por exemplo, que o nosso País adota, em média, dez diretrizes de agricultura regenerativa, enquanto a média em outros países é de sete”, afirmou Felipe Albuquerque, diretor de Sustentabilidade da Divisão Agrícola da Bayer para a América Latina, também durante o painel.

O executivo traz como exemplo fazendas com três ou quatro safras por ano, o que mantém o solo sempre coberto e conseguem produzir até o dobro da média nacional. “Além de reduzir as emissões, a agricultura pode ser parte da solução sequestrando esse carbono. Temos na ordem de mais de 1 tonelada de carbono equivalente se-

questrado por ano.” Para isso, ele ressalta que é preciso envolvimento de diversos agentes, como produtores rurais, empresas e esfera pública. “Estamos no caminho certo, mas esta pauta exige uma união de esforços”, conclui Albuquerque.

AGRICULTURA REGENERATIVA.

Franciele Caixeta, coordenadora de Desenvolvimento Agro da General Mills, acredita que a chave para uma mudança de mentalidade e a adoção de práticas sustentáveis está na saúde do solo. “O solo é a grande estrela da agricultura regenerativa. Ao focarmos na saúde do solo, todos ganham – aumentamos a matéria orgânica, fixamos mais carbono, reduzimos doenças e elevamos a produtividade.”

Especialistas ressaltam que é preciso melhorar a comunicação sobre as práticas adotadas no Brasil. “O mundo cobra muito do Brasil, e nosso desafio é comunicar melhor. O conceito de sustentabilidade e agricultura regenerativa já é praticado pelos agricultores brasileiros. Muitas práticas promovidas globalmente são usadas aqui há bastante tempo”, afirmou Raphael Costa, diretor de Originação e Insumos da ADM no Brasil, durante outro painel do Summit, Do Campo à Mesa.

Nessa discussão, o sócio-diretor da Raiar Orgânicos, Luis Barbieri, destacou a importância de expor os desafios do setor, sem deixar de reconhecer os avanços. “Precisamos colocar na mesa os desafios, mas também mostrar as coisas boas que fazemos, reconhecendo que ainda há muito a evoluir. Se não apresentamos os desafios, deixamos espaço para críticas de quem não conhece como o setor realmente funciona.”

Fazenda Conectada da Case IH, no Vale do Araguaia, foi criada para mostrar para o produtor rural os benefícios que a conectividade pode trazer

FAZENDA CONECTADA DA CASE IH/DIVULGAÇÃO



INovação

Conectividade no campo impulsiona os resultados

Com apenas 24% da área agrícola com sinal de internet, Brasil tem o desafio de conectar o produtor rural

FERNANDA FARIAS

Uma fazenda conectada é mais produtiva e o produtor rural brasileiro sabe disso há muito tempo. Do escritório na fazenda, ele monitora a operação de dezenas de máquinas nas lavouras e até antecipa quando uma delas poderá precisar de manutenção. Enquanto colhe o grão, o agricultor já negocia – e fecha – a venda, seja para mercados internos ou externos. Não há limite para as possibilidades que a inteligência artificial ou a simples conexão com a internet podem abrir para o agronegócio. Mas existe um “detalhe” que pode tornar toda essa realidade apenas um plano: a conectividade.

INovação

FLÁVIO FLORÍDIO/ESTADÃO



Isadora Duarte, do Broadcast Agro, mediou painel com Alexandre Dal Forno, Artur Milanez, Eduardo Penha e Emerson Crepaldi sobre fazendas conectadas e inteligentes

“Enquanto o mundo discute o que vem depois do 5G e da Internet das Coisas, as propriedades rurais sofrem com sinal intermitente e lento”, lembrou o CEO do **Estadão**, Erick Bretas, durante a abertura do Estadão Summit Agro. Por isso, “os desafios ainda estão longe de ser superados”, completou.

RESULTADOS. No Brasil, apenas 24% da área agrícola, cerca de 20 milhões de hectares, tem sinal 3G ou 4G, concentrados no Sul e Sudeste, segundo dados da Associação Conectar Agro, que reúne empresas do agronegócio e de tecnologia, entre elas, a Tim Brasil. Segundo o diretor de Desenvolvimento de Mercado IoT & 5G da operadora,

Alexandre Dal Forno, em seis anos de projeto, a empresa já levou internet para 18 milhões de hectares de áreas produtivas. “É considerável, mas ainda está aquém dos 60,70 milhões [de hectares] de área produtiva que temos.”

O executivo participou do painel Fazendas Conectadas e Inteligentes, que discutiu as questões relativas à falta de conectividade. Para Eduardo Penha, diretor de Marketing e Comunicação da Case IH para América Latina, um dos principais impactos está na tomada de decisão do negócio. “A falta de internet no campo impede que se faça a gestão de dados, seja de máquinas ou agronômicos, em tempo real. Atrapalha a tomada de decisões em tempo real.”

Uma prova disso são os resultados da Fazenda Conectada da Case IH, criada em setembro de 2021, em Água Boa, no Vale do Araguaia, com o objetivo de mostrar para o produtor rural todos os benefícios que a conectividade pode trazer. “Já na segunda safra, tivemos resultados surpreendentes, com produtividade 7,3% acima da média das fazendas do município; 7,6% acima das fazendas de Mato Grosso; e 13,4% superior à média do Brasil”, exemplificou Penha. Outro ponto destacado pelo executivo foi a redução de 5,7% no tempo de motor ocioso e, com isso, a economia de 25% no consumo de óleo diesel.

INovação

MUDANÇA CULTURAL. Mas para chegar a essa eficiência agrícola, operacional, financeira e de sustentabilidade, foi preciso mexer na cultura do agricultor. “Não basta a conectividade, a antena, as máquinas conectadas para a fazenda fazer uso de todos os benefícios. Tivemos que trabalhar uma mudança cultural muito forte, desde o dono, gerente, agrônomo e os operadores. O pessoal não estava acostumado a ser monitorado e a medir os resultados. Hoje, o dono está junto nessa e consegue, no celular, medir tudo que está acontecendo na fazenda.”

A CONECTIVIDADE NA PRÓXIMA DÉCADA. “Os próximos 10, 20 anos serão divertidos”, brinca o COO Brasil e América Latina da Solinftec, Emerson Crepaldi, ao avaliar como o agricultor brasileiro deve evoluir com

maior conectividade. “Vamos ver saltos estratosféricos. Esse produtor já usa muito a tecnologia. A diferença é que, com conectividade, ele dá um salto gigante comparado com outros países que, muitas vezes, têm subsídios, uma safra só por ano e um período maior de planejamento”, avalia o executivo. “Estamos falando em aumentar a produtividade em 20% e reduzir em 80% a aplicação de herbicidas.”

Para Artur Yabe Milanez, gerente do Departamento do Complexo Agroalimentar e de Biocombustível do BNDES, a agricultura familiar é um gargalo na questão da conectividade. “Precisamos criar modelos de negócios mais interessantes”, afirmou. Segundo ele, agroindústrias e cooperativas são agentes importantes para ampliar a conectividade. “Elas podem agregar a demanda do acesso à inter-

net. Isso facilita a operação comercial com a operadora, algo semelhante a planos corporativos.”

Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, enxerga o mesmo potencial. “A cooperativa agropecuária tem que investir na conectividade. O sistema público é mais lento, mais caro, mais complicado, mais burocratizado”, avalia.

Segundo ele, em 4 ou 5 anos será possível ver grandes resultados desse movimento. “A agricultura precisa de quatro pilares: custo baixo, produtividade alta, qualidade boa e sustentabilidade. Esses quatro pontos você encontra na tecnologia. Então o resultado é na veia, o custo vai cair muito e a produtividade vai aumentar porque tem eficiência no processo”, afirmou.

SUSTENTABILIDADE

Pecuária como aliada do clima

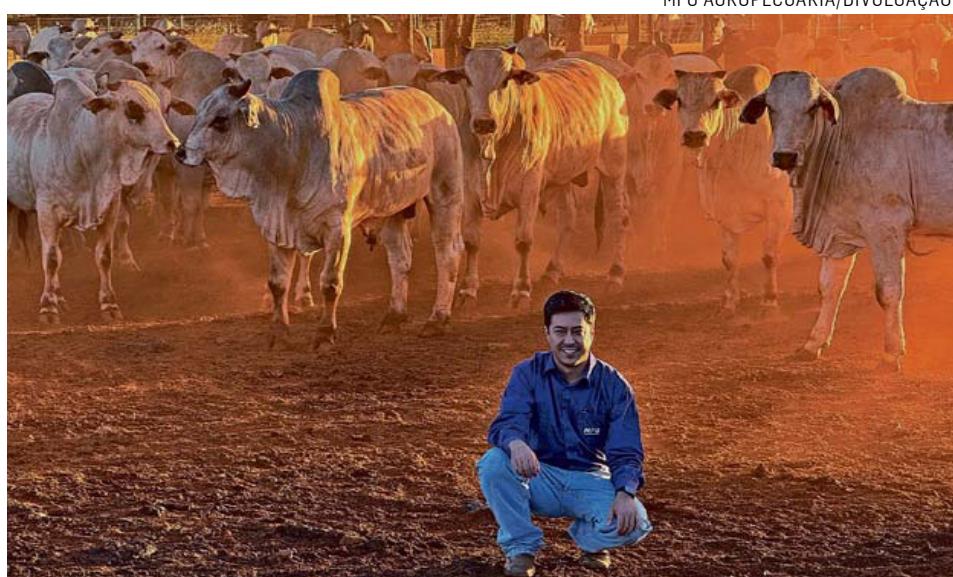
Pesquisa feita em Mato Grosso defende que atividade não é vilã do aquecimento global

IGOR SAVENHAGO

A pecuária bovina desenvolvida em regime de pastagem, atividade que representa 87% do gado brasileiro, segundo a Embrapa, não é a vilã do aquecimento global. E pode até ser uma aliada. Quem afirma isso é o consultor em ESG/Sustentabilidade em Agronegócio José Carlos Pereira de Freitas, palestrante do Estadão Summit Agro.

Na apresentação do case Pecuária Sustentável, Freitas trouxe dados do Projeto Carbono Araguaia, desenvolvido por cinco anos em 24 fazendas de Mato Grosso, em um total de 80 mil hectares de pastagem. Nesse período, os rebanhos mais sequestraram do que emitiram carbono – um dos componentes do gás metano, liberado pela atividade e que é o principal responsável pelo aumento do efeito estufa. O saldo positivo foi de 282 mil toneladas, o equivalente a 180 carros rodando por ano, afirmou.

Para ele, o resultado comprova que a pecuária praticada no Brasil – que fechou 2023 com mais de 238 milhões de cabeças distribuídas em 177 milhões de hectares, média de 1,34 animal por hectare – tem muitas virtudes: entre elas, a capacidade de aumentar a ocupação de animais por hectare, sem a necessidade de abertura de novas áreas, garantindo assim que não haja desmatamento



MFG AGROPECUÁRIA/DIVULGAÇÃO

Durante cinco anos de projeto, rebanhos mais sequestraram do que emitiram carbono, segundo estudo

e que as emissões possam ser zeradas. “O boi é um filtro, que reincorpora o carbono do metano que se decompõe no ciclo pecuário.”

VANTAGEM COMPETITIVA. Essa é uma das características que diferenciam a pecuária a pasto da de confinamento – que exige medidas mais restritivas para mitigar as emissões – e tendem a beneficiar o Brasil num mercado em que a sustentabilidade virou uma qualidade da carne, a exemplo de maciez e suculência.

Para avaliar se uma pecuária é sustentável, afirma Freitas, é preciso

mensurar os impactos que ela gera na cultura, na economia, na alimentação e no clima. Nesse sentido, as propriedades rurais não podem ser vistas apenas como áreas produtivas, mas sim como áreas complexas com todo um ecossistema ao redor, como as florestas e os rios que as cercam, que também precisam ser levados em conta. Isso porque a conservação ambiental é uma necessidade urgente, principalmente entre os países que mais emitem carbono na atmosfera, como o Brasil que ocupa a quinta colocação mundial. Um quadro em que a agropecuária está, segundo ele, engajada em mudar.

Manter o solo coberto é uma das formas de protegê-lo da erosão e ainda garantir biodiversidade

DISSERTAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

Práticas sustentáveis que estão revolucionando a cafeicultura

Café ‘verde’ alia regeneração ambiental e valorização social

IGOR SAVENHAGO

No maior Estado produtor de café do Brasil, Minas Gerais, a paisagem rural está mudando. Em várias propriedades, o solo já é “coberto”, inclusive nos corredores entre os pés de café. Isso proporciona maior disponibilidade de água e de biodiversidade e, de quebra, reduz a erosão, responsável pelo desgaste e empobrecimento do solo, processo que pode impactar a produtividade.

SUSTENTABILIDADE



Marcelo com a esposa, Paula, e as filhas, Malu e Fernanda

Essa forma de manejo faz parte da chamada cafeicultura verde ou sustentável, prática que também é conhecida como cafeicultura regenerativa, conservativa e agroecológica. Segundo o agrônomo Marcelo Urtado, essa é uma forma de produção ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa. “Apesar de debates ideológicos sobre diferenças nos termos, na prática a técnica é a mesma”, garante.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil deve fechar a safra 2023/24 com 54,79 mi-

lhões de sacas de café, das quais Minas Gerais deve responder por 51%. Além de liderar em volume, o Estado oferece diversos exemplos de que é possível entregar um produto que o mercado deseja, remunerando melhor, regenerando o solo e valorizando a saúde das pessoas. “Quando há possibilidade de aliar o que o mercado quer com o que você acredita, fica mais fácil de fazer e de comunicar”, afirmou o agrônomo, que apresentou o case Cafeicultura de Baixo Carbono e Regenerativa no Estadão Summit Agro.



Fazenda Rainha da Paz recebe turistas para apresentar a produção regenerativa do café



Roger Montanari: práticas sustentáveis renderam parceria com a Nespresso, em 2021, para fornecimento do grão

Marcelo Urtado é um exemplo dessa agricultura que busca alinhar a produção de alimentos e energia às demandas climáticas. Até 2016, ele e sua esposa, Paula Curiacos, zootecnista, atuavam como consultores. Naquele ano, adquiriram a Fazenda Três Meninas, localizada entre Monte Carmelo e Patrocínio (MG) – e que foi batizada em homenagem a Paula e às duas filhas. “Para colocar em prática a agricultura em que acreditamos”, conta Urtado, cuja família tem raízes no café desde seus

SUSTENTABILIDADE

bisavós, imigrantes italianos que trabalhavam na colheita em terras paulistas. “A herança no café é resultado da paixão. E a fazenda, do suor.”

SUSTENTABILIDADE. Segundo Urtado, a sustentabilidade da cafeicultura depende de indicadores que comprovam que a produção é feita de acordo com as melhores práticas ambientais. “Há quem use o termo regenerativo sem realmente mudar sua abordagem”, afirma. A transformação começa com

o solo sempre coberto, utilizando plantas nos corredores dos cafezais, aumentando assim a biodiversidade e favorecendo os inimigos naturais das pragas, além de garantir maior disponibilidade de água no solo.

A produção da fazenda, que colhe, em média, 2 mil sacas de café por ano e que tem planos de expansão nos próximos anos, segundo o agrônomo, conta também com estações meteorológicas para gestão hídrica e sensores que simulam folhas de café, ajudando na análise preditiva de

doenças. Com isso, a propriedade registra um balanço negativo de carbono na atmosfera, sequestrando mais gases do que emite.

Urtado destaca que a aplicação dessas técnicas depende das características de cada propriedade. “Não é só copiar o que outros fazem. Minha sugestão é questionar, testar e adaptar”, diz. Ele reforça que a adoção de práticas sustentáveis é urgente. “A ciência já mostra os ganhos econômicos da sustentabilidade, mas há uma urgência ambiental. Se a mudança não for por amor, terá de ser pela dor.”

Tradição, inovação e novas experiências

Segundo a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), cerca de 20% do café brasileiro é produzido de maneira sustentável. Já as exportações, de acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), representaram 18,6% do total das vendas externas de café na safra de 2023/24, com expectativa de crescimento.

Em Minas Gerais, Roger Montanari e seu irmão Marcelo, quarta geração de cafeicultores, descobriram em

2021 que sua produção poderia alcançar mercados internacionais. Eles firmaram uma parceria com a Nespresso, do Grupo Nestlé, após uma visita de executivos suíços, ampliando o alcance de seu café.

Os irmãos Montanari passaram a plantar árvores entre os cafezais, substituindo o capim braquiária utilizado anteriormente. Em uma análise para medir o sequestro de carbono, ficaram surpresos ao constatar um balanço negativo. Desde então, intensificaram práticas que imitam o ambiente natural nas lavouras. Além de cultivar plantas de café mais resistentes a pragas, doenças e estresse hídrico, adotam fertilização orgânica – com compostagem e rochagem – e

biológica, utilizando soluções produzidas em fábrica própria.

Há um ano, a Fazenda Rainha da Paz, em Patrocínio-MG, começou a receber turistas para conhecer a Rota do Café, em parceria com o Sebrae e o governo de Minas. Os visitantes aprendem sobre práticas de agricultura regenerativa e terminam a experiência com uma degustação de café.

Dois roteiros já estão disponíveis: o Tramonto, com degustação guiada de três tipos de café e um drink alcoólico, e o Buongiorno, que oferece café ao redor de uma mesa com quitandas mineiras. Uma terceira proposta em desenvolvimento é um happy hour com café, inspirado em experiências de vinícolas.